



ESTADO DO AMAPÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI  
**ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**RECEBIDO**

EM: 27 / 03 / 2023

HORA: 16h e 47min

*Leidiane Paveles*

ASSINATURA

**PARECER Nº 91/2023-AGM/PMVJ**

**ORIGEM:** CPLSO/PMVJ

**REFERÊNCIA:** Ofício nº 180/2023- CPLSO/PMVJ

**INTERESSADO (A):** Secretaria Municipal de Infraestrutura

**ASSUNTO:** Processo nº 4657/2022-SEMIE/PMVJ - Parecer Jurídico do Processo Licitatório  
Tomada de Preço nº 002/2023-CPLCSO/PMVJ

**I - RELATÓRIO:**

A Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura solicitou parecer jurídico conclusivo, referente no Processo nº 4657/2022-SEMIE/PMVJ, que diz respeito à Tomada de Preço nº 002/2023-CPLCSO/PMVJ, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO EM CONCRETO ARMADO COM GUARDA-CORPO TUBULAR METÁLICO E CONTENÇÃO DE ATERRO NO BAIRRO CIDADE LIVRE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI – AP.**

Recebi os autos para análise e manifestação, nos moldes do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, devidamente acompanhado de toda a documentação necessária à licitação na modalidade tomada de preço.

**II – DA ANÁLISE:**

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes nos autos do processo administrativo em epígrafe. Acrescento que, enquanto órgão de consulta e assessoramento jurídico, o exame e aprovação



*[Signature]*

*[Signature]*

pela Procuradoria são obrigatórios, na forma do Artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

*Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: [...]*

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.*

No entanto, a manifestação desta Advocacia Geral é estritamente sob o prisma jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito das secretarias e comissões, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica.

## **II. 1 – DA OBRIGAÇÃO DE LICITAR E DA MODALIDADE LICITATÓRIA:**

O tema licitação tem previsão constitucional, conforme dispõe o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, que estabelece no inciso XXI: “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, (...)”.

Depreende-se daí que a licitação é norma constitucional de caráter indeclinável para o gestor público e um precedente necessário às contratações no âmbito da Administração Pública, que restringe e condiciona a liberdade administrativa.

A Lei federal nº 8.666/1993 foi editada a fim de regulamentar as licitações e contratos da Administração Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, estabelecendo normas gerais, de observância obrigatória para qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e trouxe como modalidades de licitações: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Leilão e Concurso.





## II. 2 – DA TOMADA DE PREÇOS:

A modalidade escolhida foi a Tomada de Preços prevista no art. 23, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666, alterado pelo Art. 1º, I, alínea “b” do Decreto nº 9.412, de 2018, *in verbis*:

*“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*(...)*

*b) tomada de preços: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018)(Vigência):*

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*(...)*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);*

Sobre a Tomada de Preços vale citar que é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados nos registros dos órgãos públicos e pessoas administrativas, ou que atendam a todas as exigências para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, § 2º, Lei nº 8.666/93).

## II. 3 – DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

Em 21 de março de 2023 às 08h50min, foi realizada a sessão de abertura da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2023-CPLCSO/PMVJ, que objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO EM CONCRETO ARMADO COM GUARDA-CORPO TUBULAR METÁLICO E CONTENÇÃO DE ATERRO NO BAIRRO CIDADE LIVRE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI – AP**, onde compareceu ao



certame, apenas a empresa **JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ (MF) nº: 11.474.743/0001- 10**, com sede na Rua João Queiroga de Souza, 523, bairro Prosperidade, cidade de Laranjal do Jari, estado do Amapá, CEP: 68.920-000.

Após, a Presidente da Comissão procedeu com a verificação de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: SICAF, e no TCU, porém a mesma não foi realizada por ausência de sinal de internet nas dependências da CPL, a consulta será realizada no momento posterior com o sinal restabelecido.

Em seguida, obedecendo à legislação vigente, deu-se início a fase de habilitação, a qual a empresa foi declarada habilitada, tendo cumprido fielmente todos os requisitos contidos no edital.

Diante disso, ao prosseguir o certame a Comissão procedeu com a AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO registrando que após a abertura do Envelope a empresa: JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ (MF) nº: 11.474.743/0001- 10 apresentou o valor de **R\$ 868.622,15(oitocentos e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e dois reais e quinze centavos) com prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.**

Diante do preço apresentado, a comissão fez a análise dos itens e constatou que estava tudo de acordo com as planilhas do objeto. E portanto, a Presidente anunciou que a empresa JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA teve a proposta vencedora do certame uma vez que com os valores de preços verificados apresentados estão de acordo com as planilhas do processo licitatório

A análise acima evidencia que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram observadas e que a proposta apresentada pela Empresa **JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ (MF) nº: 11.474.743/0001- 10** é vantajosa para a Administração.





### III - DECISÃO:

Do exposto, restrita aos aspectos jurídicos formais, tendo em vista a conformidade da Tomada de Preços com a Lei que a rege, **OPINO pela Homologação do presente certame.**

Encaminhem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação para conhecimento e adoção das providências cabíveis, ressaltando que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência.

É o parecer, remeto à apreciação do órgão solicitante para análise e deliberação.

Vitória do Jari, 21 de março de 2023.

*Ivana da Silva Reis*

**IVANA DA SILVA REIS**  
**OAB/AP nº4026**

Assessora Jurídica do Município de Vitória do Jari  
Decreto nº 385/2021-GAB/PMVJ



5  
*[Signature]*